

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COPOBRAS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS

São partes ("Partes") neste "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens" ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

COPOBRAS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com sede na Cidade de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, na Rua Padre Auling, n.º 595, bairro industrial, CEP 88730-000 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 86445822/0001-00, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e
- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu contrato social, na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente, representando a comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário");

QUE resolvem, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância às seguintes cláusulas e condições:

Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se Documentos da Oferta Restrita esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), a AGE (conforme definida abaixo), o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo), os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo) e demais documentos, inclusive aqueles relacionados ao registro da Oferta Restrita junto à CETIP (conforme definida abaixo), emitidos no âmbito da Oferta Restrita ("Documentos da Oferta Restrita").

Para os fins deste Contrato, considera-se "dia útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ("Dia Útil").

# 1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada e a emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) são realizadas com base na deliberação da assembleia geral da Emissora em reunião realizada em 13 de novembro de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das

S. LUDGERO

S. LUDGERO 1  
XB 9920v6

S. LUDGERO

Sociedades por Ações) e das garantias de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definida abaixo) e de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definida abaixo), as quais garantem as Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta Restrita (conforme definida abaixo).

- 1.2 Por meio da AGE, a Diretoria da Emissora também foi autorizada a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

## 2. REQUISITOS


- 2.1 A 1ª (primeira) emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) serão realizadas em observância aos seguintes requisitos:

- I. *Dispensa de Registro na CVM.* A distribuição pública das Debêntures será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e, portanto, está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da referida instrução, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita").
- II. *Dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".
- III. *Arquivamento e publicação da ata de AGE.* A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") nos termos da legislação em vigor e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC") e no jornal "Diário Catarinense" ("Jornais de Divulgação da Emissora").
- IV. *Registro da Escritura de Emissão.* A Escritura de Emissão será arquivada na JUCESC, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora declara que enviará ao Agente Fiduciário e aos Coordenadores (conforme definidos abaixo) cópia da Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCESC, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do efetivo registro. Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCESC e a Emissora declara, reconhece e concorda que tais aditamentos registrados serão enviados ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do efetivo registro.
- V. *Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis.* O Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo), sob o qual se constitui a garantia de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definida abaixo) em garantia das Debêntures, e seus eventuais aditamentos, deverá ser registrado

STUDGERO

STUDGERO

STUDGERO



The word "MCCOY" is rendered in a large, stylized font where each letter is composed of multiple black dots. The dots are arranged to form the outline and internal structure of the letters, creating a pixelated or pointillist effect. The letters are white against a black background.

- 
- Three 'LUDGERO' stamps are visible, each with a handwritten signature below it. A handwritten number '3' is located between the first and second stamps.



públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;

- (ii) o público alvo da Oferta Restrita é composto por Investidores Qualificados e, para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
- (iii) somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- (iv) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476; e
- (v) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

**4.2.3** A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula 4.

**4.2.4** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá fazê-la por meio da entrega aos Coordenadores de declaração devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis aos respectivos Coordenadores, afirmando estar ciente e concordar, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, somente podendo ser negociadas nos mercados regulamentados 90 (noventa) dias após a subscrição, observadas as obrigações adicionais da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476.

**4.2.5** Não será concedido qualquer tipo de desconto aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) comprometem-se a direcionar a Oferta Restrita a Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; (ii) assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (iii) assegurarão o tratamento justo e equitativo aos investidores; e (iv) comprometem-se a observar os limites descritos nos Incisos (ii) e (iii) da Cláusula 4.2.2 acima.

**4.2.6** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

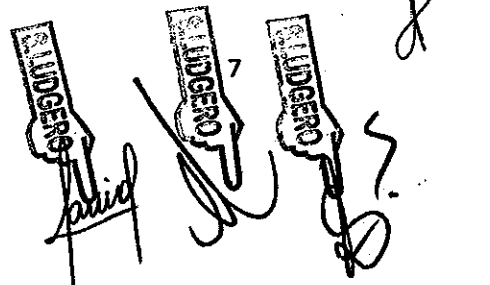
**4.3** *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP.

Three 'JUDGMENT' stamps are visible, each with a handwritten signature or mark. The first stamp is on the left, the second in the middle, and the third on the right. A large, stylized 'S' mark is written to the right of the third stamp.



reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

- 5.9 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografia com garantia real adicional, nos termos do artigo 58 e seu parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.10 *Garantias.* Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, em especial aquelas pecuniárias, incluindo os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão com relação às Debêntures, a Emissora (i) cederá fiduciariamente aos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis") a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente Processador e o Agente Arrecadador (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, direitos creditórios performados equivalentes, até a Data de Vencimento e/ou resgate das Debêntures, a 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures em circulação ("Cessão Fiduciária de Recebíveis"); e (ii) alienará fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel A e do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel B, a serem firmados entre o Agente Fiduciário e a Emissora, bens imóveis que totalizam o valor de venda forçada de R\$35.300.000,00 (trinta e cinco milhões e trezentos mil reais) ("Alienação Fiduciária de Imóveis" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Recebíveis, "Garantias"), quais sejam: (a) 1 (uma) planta industrial situada na Cidade de Marialva, Estado do Paraná, de matrículas n.ºs 21.296, 23.488 e 21.273 ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel A"); e (b) 1 (uma) planta industrial situada na Cidade de Ludgero, Estado de Santa Catarina, matrículas n.ºs 19.501, 19.500 e 23.342 ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel B" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel A, "Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis" e, quando referidos em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, "Contratos de Garantia").
- 5.10.1 Caso a Emissora, por qualquer motivo, não cumpra quaisquer de suas obrigações pecuniárias junto aos Debenturistas previstas nos Documentos da Oferta Restrita, inclusive mediante declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário, nos termos dos Contratos de Garantia, deverá executar os direitos creditórios cedidos fiduciariamente e/ou os imóveis alienados fiduciariamente por meio da Alienação Fiduciária de Imóveis, bem como utilizar os recursos depositados na respectiva conta de depósito e/ou obtidos com a venda dos imóveis alienados fiduciariamente, para pagamento dos Debenturistas.
- 5.10.2 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer das Garantias constituídas em favor dos Debenturistas sob os Contratos de Garantia emitidos no âmbito da Oferta Restrita não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 5.10.3 Fica assegurado que, sempre que o total das Garantias estabelecidas na Cláusula 5.10 acima ultrapassar o percentual de 120% (cento e vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures, a Emissora poderá liberar um ou mais imóveis alienados fiduciariamente em favor dos Debenturistas, desde que (i) o percentual de Garantias mantenha-se, no mínimo, equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures,









n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

**onde:**

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**Fator Spread =** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FactorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

**onde:**

```
spread = 6,0000;
```

**DP =** É o número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

- 5.14.8 O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 5.14.9 Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 5.14.10 Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 5.14.11 O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- 5.14.12 A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- 5.14.13 Caso a Taxa DI-Over não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI-Over aplicável que estiver disponível.

# SECURE

5.14.15 Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 5.14.14 acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por: (i) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sendo utilizado, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente; ou (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não poderá exceder a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI Over. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta da Remuneração nos termos deste Item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no Item (i) acima.

INDEX

11

100-443883

*K. perla*

5.14.16 As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.14.17 Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.14.14 acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá estabelecer que a Taxa DI-Over, a partir de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

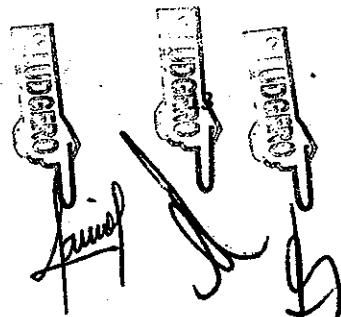
5.15 *Repactuação Programada.* As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

5.16 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário deverá, observada a Cláusula 5.16.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto na Cláusula 5.14.1 acima, a partir da Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, caso a Emissora e/ou qualquer das seguintes empresas pertencentes ao seu grupo econômico: (I) Copobras S.A., (II) a Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda., e (III) Copobras Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. ("Grupo Copobras"), conforme aplicável, pratique(m) quaisquer das seguintes hipóteses:

- (a) liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei;
- (b) propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão;
- (d) protestos de títulos em valor, individual ou em conjunto, igual ou superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) ou o seu contravalor em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado, ao Agente Fiduciário, que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- (e) descumprimento de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação, por escrito, encaminhada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (f) descumprimento de quaisquer obrigações assumidas no âmbito dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de cura, se aplicável;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

- (g) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido na Cláusula 5.5 desta Escritura de Emissão;
- (h) inadimplemento de qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, caso tal inadimplemento não for sanado no seu respectivo prazo de cura, quando aplicável;
- (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação que seja decorrente de empréstimos bancários e/ou de títulos de dívida;
- (j) se as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita provarem-se substancialmente falsas, incorretas ou enganosas;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva de natureza condenatória, no prazo determinado em referida decisão ou sentença, em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) ou seu contravalor em outras moedas nesta data;
- (l) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora por outra companhia sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, observado o *quorum* de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) mudança, transferência ou cessão, ou qualquer outra forma de alteração, direta ou indireta, de o controle acionário, exceto (i) se por determinação judicial; ou (ii) mediante prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o *quorum* de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão;
- (n) redução de capital social, exceto se (i) realizada exclusivamente para fins de absorção de prejuízos; ou (ii) mediante prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o *quorum* de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) mudança do objeto social que altere substancialmente o setor de atuação e atividade fim;
- (p) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) cessão ou, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;



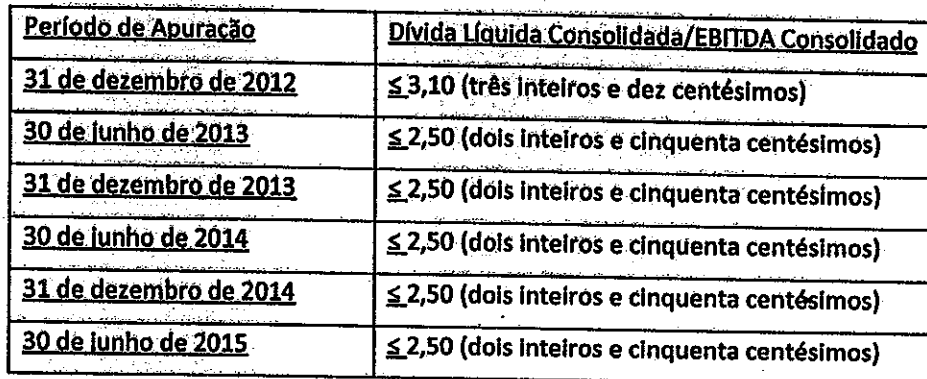
*X. J. J. J.*

- (r) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em descumprimento dos Índices e Limites Financeiros estabelecidos na alínea "w" abaixo, ressalvada a concessão de mútuos e o pagamento de dividendos até o limite máximo, considerada a soma de mútuos e dividendos, de R\$27.000.000,00 em 2013, R\$28.500.000,00 em 2014 e R\$20.000.000,00 em 2015;
- (s) caso quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita sejam objeto de questionamento judicial, por iniciativa da Emissora e/ou empresas do Grupo Copobras, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária, sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável);
- (t) caso quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita sejam objeto de questionamento judicial, por iniciativa de terceiros, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária, sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável), que afete o cumprimento das obrigações pactuadas na Escritura de Emissão ou às Debêntures de qualquer forma;
- (u) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte, a exclusivo critério dos Debenturistas, na perda (i) conforme o caso, da propriedade ou posse direta da totalidade dos ativos; ou (ii) de parte substancial dos ativos que afete a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (v) se as obrigações pecuniárias aqui assumidas deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas garantidas por garantia real da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (w) não obtenção do registro, nos cartórios competentes, da Alienação Fiduciária de Imóveis, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de liquidação das Debêntures;
- (x) não manutenção, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"), os quais serão apurados pela Emissora nos períodos descritos a seguir e demonstrados detalhadamente ao Agente Fiduciário, que os verificará tomando por base os 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração, com base nas demonstrações financeiras consolidadas de forma combinada pela Emissora, a qual deverá ter como base e sustentação as demonstrações financeiras auditadas semestralmente com escopo de "revisão limitada" e, anualmente, na forma da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, e do Grupo Copobras:

I. Dívida Líquida Consolidada /EBITDA Consolidado:

Período de Apuração	Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado
---------------------	---

*[Handwritten signatures and stamps]*



<u>Período de Apuração</u>	<u>EBITDA Consolidado/Despesa Financeira Líquida Consolidada</u>
<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>≥ 1,70 (um inteiro e setenta centésimos)</u>
<u>30 de junho de 2013</u>	<u>≥ 2,00 (dois inteiros)</u>
<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>≥ 2,00 (dois inteiros)</u>
<u>30 de junho de 2014</u>	<u>≥ 2,00 (dois inteiros)</u>
<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>≥ 2,00 (dois inteiros)</u>
<u>30 de junho de 2015</u>	<u>≥ 2,00 (dois inteiros)</u>

**5.16.2** A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo de até 1 (um) Dia Útil. O descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista nesta Cláusula 5.16.2 não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões aqui previstos ou nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, inclusive o direito de declarar vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

Handwritten signatures and stamps on a document. The word "Quid" is written in cursive. There are three vertical stamps, each containing the word "Quid" and a date. The dates are "1954", "1955", and "1956". There are also some handwritten marks, including a large "X" and a question mark.

das anualmente pela  
do e divulgado pelo  
ua falta, pelo índice



que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento respectivas, calculadas *pro rata die*.

#### 5.17 *Resgate Antecipado*

5.17.1 As Debêntures poderão ser resgatadas integralmente a qualquer momento a partir da Data de Emissão, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência ("Resgate Antecipado"), informando: (a) a data em que será realizado o Resgate Antecipado; e (b) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas. O Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures, pela Emissora, se dará mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo Resgate Antecipado, bem como dos Encargos Moratórios e do prêmio de resgate, se houver, calculado sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração correspondente com base no prazo de vigência remanescente das Debêntures.

5.17.2 A CETIP deverá ser comunicada sobre a realização do Resgate Antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.

5.17.3 Não é permitida a realização de resgate antecipado parcial das Debêntures.

#### 5.18 *Aquisição Antecipada Facultativa*

5.18.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso até a data do efetivo Resgate Antecipado, bem como dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), conforme aplicável, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

#### 5.19 *Amortização Facultativa Parcial*

5.19.1 A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser amortizadas antecipadamente, a qualquer tempo, em até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário integralizado das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário integralizado das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação, mediante notificação por escrito à CETIP, e publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas com antecedência mínima de, pelo menos, 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva amortização parcial ("Amortização Facultativa Parcial").

5.19.2 Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário integralizado (ou do saldo do Valor Nominal Unitário integralizado, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida dos Juros Remuneratórios,

*[Handwritten signatures and stamps]*

calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Facultativa Parcial.

5.19.3 Na comunicação prevista na Cláusula 5.19.1 deverá constar: (a) a data da Amortização Facultativa Parcial; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário Integralizado das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Integralizado das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado nos termos desta Cláusula, a ser definido a exclusivo critério da Emissora; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

5.19.4 Caso ocorra o Resgate Antecipado Total, bem como a Amortização Facultativa Parcial, serão realizados de acordo com os procedimentos da CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, ou, pela Emissora, por meio do Banco Mandatário, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

## 5.20 Encargos Moratórios

5.20.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive, mas não se limitando, da Remuneração devida nos termos da Cláusula 5.14 acima, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da Remuneração, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").

## 5.21 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.21.1 Sem prejuízo dos Encargos Moratórios descritos na Cláusula 5.20 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, Encargos Moratórios ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

## 5.22 Local de Pagamento

5.22.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, em conformidade com os procedimentos da CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, pela Emissora, por meio do Banco Mandatário, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

## 5.23 Prorrogação dos Prazos

5.23.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP,

*[Handwritten signatures and stamps]*

hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

**5.24 Publicidade**

- 5.24.1 Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser obrigatoriamente publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.grupocopobras.com.br](http://www.grupocopobras.com.br)). A Emissora poderá alterar os Jornais de Divulgação da Emissora por outros jornais de grande circulação mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

**5.25 Imunidade Tributária**

- 5.25.1 Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**5.26 Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

- 5.26.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme a Cláusula 7 abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESC.

**6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**6.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

**I. Fornecer ao Agente Fiduciário:**

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório demonstrando a apuração dos índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração; e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, atestando o cumprimento pela Emissora das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (b) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada

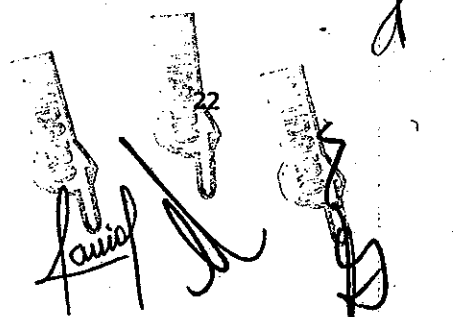
Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

("Instrução CVM 28"), ou em prazo inferior, em razão de solicitação judicial e/ou administrativa;

- 
- Handwritten signatures and initials on a document. The signatures are written in dark ink on a light background. There are three distinct signatures, each appearing to be a stylized name or set of initials. The first signature on the left is partially obscured by a vertical line. The second signature in the middle is also partially obscured by a vertical line. The third signature on the right is more complete. There are also some smaller, less distinct markings and what appears to be a date '20' written above the middle signature.



- XIX. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;
- XX. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro; e
- XXI. efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, a JUCESC.
- 6.2 As despesas a que se refere à alínea XIV da Cláusula 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- I. publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
  - II. extração de certidões;
  - III. despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas deverão ser devidamente comprovados, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora "relatório de horas" e apresentar os comprovantes das despesas incorridas; e
  - IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
- 6.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma da alínea XIV da Cláusula 6.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.
- 6.4 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem



Three circular notary stamps are visible, each containing a date and a number. The first stamp shows the date 03/03/2022 and the number 22. The second stamp shows the date 03/03/2022 and the number 22. The third stamp shows the date 03/03/2022 and the number 22. There are three handwritten signatures over the stamps.

300000

como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.

- 6.5** Fica desde já certo e ajustado que, a não realização do reembolso das despesas mencionadas na Cláusula 6.4 acima, pela Emissora, ensejará a excussão das Garantias, nos termos descritos nos Contratos de Garantia.
- 6.6** Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:
- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - II. submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
  - III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - IV. manter os documentos mencionados no Inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - V. observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores; e
  - VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.
- 7. AGENTE FIDUCIÁRIO**
- 7.1** A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.
- 7.2** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:
- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

a sob as penas da

mente os deveres

a de Emissão;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
  - III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos em seu respectivo instrumento constitutivo necessários para tanto;
  - IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
  - V. não tem qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
  - VI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM 28;
  - VII. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
  - VIII. está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
  - IX. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos apresentados pela Emissora, sendo certo que não efetuou nenhuma verificação independente, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo; e
  - X. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviços de agente fiduciário às sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora.
- 7.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas ou até sua efetiva substituição.
- 7.4 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de remuneração, o valor de R\$8.000,00 (oito mil reais) anuais, sendo que a primeira parcela será devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data nos anos subsequentes ("Remuneração do Agente Fiduciário").
- 7.5 As parcelas referidas na Cláusula 7.4 acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*.
- 7.6 As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a

24

*[Handwritten signatures and stamps]*



Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento de cada uma das parcelas.

- 7.7 A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário esteja ainda atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e desde que tais inadimplências não incorram em duplicidade com a parcela anual mencionada na Cláusula 7.4 acima.
- 7.8 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida a título de Remuneração do Agente Fiduciário, os valores em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) ao mês.
- 7.9 Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere esta Cláusula estão relacionadas (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.
- 7.10 A Remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em Inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.
- 7.11 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão:
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - III. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - V. promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESC, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;

*[Handwritten signatures and stamps]*

- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores civis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), dos distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- VIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- IX. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- X. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XI. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgates, amortizações e repactuações realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

- XII. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea XI acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) na sede do Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM;
  - (d) na CETIP; e
  - (e) na sede dos Coordenadores;
- XIII. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- XIV. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- XV. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- XVI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- XVII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- XVIII. acompanhar e verificar o atendimento, pela Emissora, dos Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão.
- 7.12 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:
- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
  - II. requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
  - III. tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
  - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.
- 7.13 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas I, II e III acima se, convocada a Assembleia Geral de

*[Handwritten signatures and stamps]*

Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, observado que, para a alínea (a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos da Cláusula 5.16.4 acima; e (II) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

- 7.14 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 7.15 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.
- 7.16 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.
- 7.17 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 7.18 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 7.19 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.
- 7.20 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESC.
- 7.21 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.24 acima.

28

*[Handwritten signatures and stamps]*

**7.22 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.**

**7.23** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## 8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

**8.1** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

**8.2** A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**8.3** Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

**8.4 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.**

**8.5 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias.**

**8.6 A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.**

**8.7** Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

**8.8** Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, e se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

**8.9** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.6 acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) na Cláusula 5.16 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

no parâmetro de  
bleias Gerais de  
Debenturistas que  
rculação.

- 8.10 Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8, serão consideradas como "Debêntures em circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
- 8.11 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 8.12 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1 A Emissora neste ato declara e garante que, nesta data:

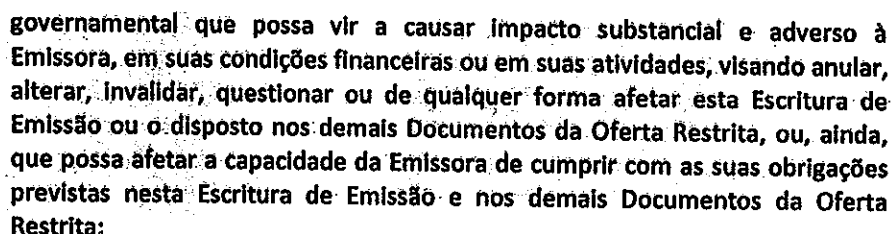
- I. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os Demais Documentos da Oferta Restrita têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures e a constituição das garantias de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de Alienação Fiduciária de Imóveis não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles constituídos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom right of the page. The stamps include "30" and "1000000000".

- quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- V. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, com exceção da licença ambiental federal na Paraíba e no Amazonas, as quais se encontram em processo de renovação;
- VI. está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder com todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- VII. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente as posições patrimonial e financeiras da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. exceto pelo disposto nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 disponibilizados pela Emissora, conforme aplicável, à CVM e ao mercado e/ou em leis, regulamentos, normas administrativas decisões de ordem judicial, administrativa e/ou arbitral e determinações e/ou disposições contratuais que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, judicial e/ou arbitral ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, a Emissora (a) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; (b) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; (c) está cumprindo com todas as disposições contratuais a que está sujeita; e (d) declara que inexistente qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação

31

*[Handwritten signatures and initials]*



- IX. as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- X. não omitiu ou omitirá fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- XI. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XII. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 3.6 desta Escritura de Emissão;
- XIII. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

**10.1** Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- 1. para a Emissora:**

**COPOBRAS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS**  
Rua Padre Auling, n.º 595  
CEP 88730-000, São Ludgero – SC  
At.: Sr. Sérgio Carvalho  
Tel.: (48) 3657.3000



Fax: (48) 3657.3011  
E-mail: [sergio@copobras.com.br](mailto:sergio@copobras.com.br)

II. Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar  
CEP: 20050-005, Rio de Janeiro – RJ  
At.: Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira  
Tel.: (021) 2507-1949  
Fax: (021) 2507-1949  
E-mail: [bacha@pavarini.com.br](mailto:bacha@pavarini.com.br) / [rinaldo@pavarini.com.br](mailto:rinaldo@pavarini.com.br)

III. Para o Banco Mandatário:

ITAU UNIBANCO S.A.  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707 – 10º andar  
CEP 04309-010, São Paulo – SP  
At.: Sra. Claudia Vasconcellos  
Tel.: (11) 5029-1910  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

IV. Para o Agente Escriturador:

ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707 – 10º andar  
CEP 04309-010, São Paulo – SP  
At.: Sra. Claudia Vasconcellos  
Tel.: (11) 5029-1910  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

V. Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001, São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

- 10.2 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado verbalmente pelo receptor. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da

33

*[Handwritten signatures and stamps]*

mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

**11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que calha ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 11.2 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 11.3 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
- 11.4 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 11.5 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

**12. LEI DE REGÊNCIA E FORO**

- 12.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 12.2 As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 26 de novembro de 2012

34

Assinado digitalmente por [Assinatura]

Assinado digitalmente por [Assinatura]

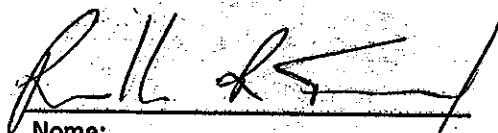
Assinado digitalmente por [Assinatura]


**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens – Página de Assinatura 1/3**

DUCE

Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens - Página de Assinatura 2/3

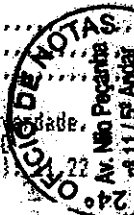
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

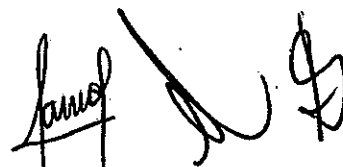
  
Nome:  
Cargo: **Rinaldo Rabello Ferreira**  
CPF: 509.941.827-91

  
Nome:  
Cargo: **Carlos Alberto Bacha**  
CPF 606.744.587-53  
Procurador

24º OFÍCIO DE NOTAS - JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO  
Av. Almirante Barroso, 179 - Loja C Tel: 3553-6021  
Reconheço por Semelhança as firmas de  
RINALDO RABELLO FERREIRA -- CARLOS ALBERTO BACHA.

Selo n. 5146344 a 5146345  
Rio de Janeiro, 27/11/2012. Em testemunho da verdade,  
191-RONY ALMEIDA REGAL DE CASTRO  
ESCREVENTE AUTORIZADO - Reconhecimento de firma(s).





*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária, em Série Única, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens – Página de Assinatura 3/3*

**Testemunhas:**

Name: *Daise Schlichtmann Loethe*  
ID: *3.269.022*  
CPF/MF: *942.113.969-00*

Nome: EDMILSON JOSE DE FREITAS  
ID: 7036256068  
CPF/MF: 602.501.030-00



**COMISSÃO DE REGISTRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 06/12/2012 SOB Nº: ED001015000**  
**Protocolo: 12/351000-7, DE 30/11/2012**

Empresa: 42 3 0003714 1  
COPOBRAS S/A. INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE EMBALAGENS

**BLASCO BORGES BARCELLOS**  
**SECRETÁRIO GERAL**

ANEXO I  
CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

PARCÉLA	DATAS DE AMORTIZAÇÃO	% AMORTIZAÇÃO RELATIVO AO VALOR NOMINAL NA DATA DE EMISSÃO
1ª	16.12.2013	4,17%
2ª	16.01.2014	4,17%
3ª	16.02.2014	4,17%
4ª	16.03.2014	4,17%
5ª	16.04.2014	4,17%
6ª	16.05.2014	4,17%
7ª	16.06.2014	4,17%
8ª	16.07.2014	4,17%
9ª	16.08.2014	4,17%
10ª	16.09.2014	4,17%
11ª	16.10.2014	4,17%
12ª	16.11.2014	4,17%
13ª	16.12.2014	4,17%
14ª	16.01.2015	4,17%
15ª	16.02.2015	4,17%
16ª	16.03.2015	4,17%
17ª	16.04.2015	4,17%
18ª	16.05.2015	4,17%
19ª	16.06.2015	4,17%
20ª	16.07.2015	4,17%
21ª	16.08.2015	4,17%
22ª	16.09.2015	4,17%
23ª	16.10.2015	4,17%
24ª	16.11.2015	4,09%

*[Handwritten signatures and initials]*

30030

30%	16.05.2015
31%	16.06.2015
32%	16.07.2015
33%	16.08.2015
34%	16.09.2015
35%	16.10.2015
36%	16.11.2015

Handwritten signature and text: "Handwritten signature" and "with" (partially visible).



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC



12/351000-7